

SINTAP exige valorização da negociação coletiva

Trabalhadores da AP não podem esperar mais

Reunido esta sexta-feira, 11 de dezembro, em Lisboa, o Secretariado Nacional do **SINTAP**, depois de analisar a situação dos trabalhadores da Administração Pública à luz do atual contexto social, económico e político-sindical, aprovou um conjunto de exigências que devem merecer, da parte do Governo, uma atenção especial e urgente.

Com efeito, após muitos anos de uma política que quase aniquilou a negociação coletiva, agravando em larga escala as condições de vida e de trabalho de todos os trabalhadores da Administração Pública, o **SINTAP** considera que estamos perante um momento que terá, necessariamente, de ser um momento de viragem, no qual os decisores políticos terão obrigatoriamente que colocar uma tônica reforçada na negociação com os representantes dos trabalhadores e que, por essa via, possamos prosseguir um caminho de valorização dos recursos humanos da Administração Pública, de defesa do emprego público e de investimento inequívoco na melhoria dos Serviços Públicos prestados a todos os cidadãos.

Os trabalhadores da Administração Pública Central, Regional e Local, enquanto principais destinatários de uma política de empobrecimento generalizado da população portuguesa, levada a cabo pelos Governos anteriores a coberto do alcance de objetivos economicistas que esqueceram por completo a dimensão humana que deve presidir à ação do Estado e do poder executivo que o representa, não podem esperar mais por uma inversão clara desta situação, pelo que o Secretariado Nacional do **SINTAP**, interpretando os seus legítimos direitos e aspirações, considera urgente que o atual Governo abra processos negociais sérios tendo em vista o alcance dos seguintes objetivos:

- A reposição da Tabela Remuneratória Única a níveis de 2010, não mantendo congelados os salários de cerca de 300 mil trabalhadores até 2018, como tem sido noticiado ser intenção do Governo;
- A reposição dos Suplementos e a sua valorização a partir de janeiro de 2016;
- A reposição dos valores das pensões sem quaisquer cortes ou contribuições extraordinárias;
- A redução da enormíssima carga fiscal, nomeadamente o fim da taxa extraordinária de 3,5% para todos os trabalhadores, reformados e pensionistas;

- A reposição da normalidade das carreiras com discussão sobre o descongelamento das progressões e das promoções, com especial preocupação em torno da retoma da motivação e da valorização do princípio da competência;
- O descongelamento e aplicação dos efeitos do SIADAP e o aperfeiçoamento de todo o sistema de avaliação da Administração Pública;
- **Corrigir as injustiças que resultarão do aumento do salário mínimo previsto para 2016, de 505 euros para os valores que vêm sendo noticiados, com impacto entre os trabalhadores dos níveis remuneratórios mais baixos da Administração Pública. O salário mínimo nacional deve ser aplicado aos assistentes operacionais durante o regime probatório, fim do qual transitarão para posição remuneratória superior garantindo um salário ajustado às funções desempenhadas, ou um salário mínimo para a Administração Pública superior ao salário mínimo nacional de tal modo que, tão breve quanto possível, se possam atingir os 600 euros;**
- A revogação imediata do regime de Requalificação Profissional, sem a sua substituição de qualquer mecanismo semelhante, reintegrando todos os trabalhadores e retomando a confiança face ao empregador Estado;
- A criação de todas as condições necessárias para que as 35 horas de trabalho semanal possam ser repostas transversalmente a todos os organismos, entidades e serviços da Administração Pública Central, Regional e Local, de modo a que todos os trabalhadores possam praticar esse horário a partir de 1 de janeiro de 2016;
- A valorização das longas carreiras contributivas, tanto da CGA como da Segurança Social, permitindo a aposentação antecipada e sem penalizações para todos os trabalhadores que tenham completado 40 anos de serviço e 60 anos de idade, numa perspetiva de renovação e rejuvenescimento da Administração Pública;
- A clarificação e harmonização da legislação sobre Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais para todos os trabalhadores em funções públicas, garantindo que todos sejam remunerados a 100%, independentemente do vínculo e o reforço da fiscalização das condições de segurança e saúde no trabalho em todos os organismos públicos.

Estas são, em suma, as reivindicações mais urgentes dos trabalhadores da Administração Pública Central, Regional e Local, pelo que o **SINTAP** desenvolverá todos os esforços necessários para que estas sejam rapidamente colocadas em cima da mesa das negociações e sobre elas sejam tomadas decisões que resultem numa efetiva melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

Depois de largos anos em que o mote foi a imposição, tudo faremos para que o Governo cumpra integralmente o que está escrito no seu programa, valorizando, de facto, e com ações concretas, o Estado Social e a negociação coletiva.